

Centralidade do trabalho e crise do emprego: história e crítica

Jean Mac Cole Tavares Santos
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)*

Introdução

O fim da sociedade do trabalho vem sendo anunciado, insistentemente, por vários teóricos que estudam as relações sociais na contemporaneidade. A chamada terceira revolução industrial, oriunda do desenvolvimento inigualável da microeletrônica e da robótica com seu respectivo uso no processo de produção, possibilitando a automação quase completa de setores extensos da grande indústria aponta a seriedade do debate.

Com o ohnismo, como um conjunto de inovações organizacionais aplicadas à produção, comparada em importância ao que o taylor-fordismo fez na segunda revolução industrial, vem endossar a tese de profundas transformações no campo produtivo (CORIAT, 1999). Na organização comercial do planeta, a formação de blocos econômicos mundiais, a financeirização e internacionalização do capital, na chamada mundialização (CHESNAIS, 1996) ou globalização (BAUMAN, 1999) dão sua contribuição para a impressão de que estamos vivendo num presente contínuo, induzindo a percepção que o contemporâneo, inclusive, não responde à rapidez e fugacidade do tempo que é vivido.

O Estado contribui para aprofundar o estado de espírito de final de Era, propiciando as reformas trabalhistas, sindicais, universitárias, enxugando a participação estatal na vida da sociedade e deixando que o mercado regule as relações sociais. Esta produção de discurso limiar ou de fim dos tempos cumpre um papel ideológico importante na justificação de ações que tornam os discursos válidos e transformam a crise, em crise do mundo do trabalho, em crise para os trabalhadores.

O quadro, então, fica muito propício para que os pensadores neoliberais encontrem terreno fértil para plantar o discurso de desespero na maioria da população que necessita do trabalho como única forma de tirar seu sustento, levando-a a que aceitem mais passivamente sua sina de explorados e vilipendiados do capital.

* Financiamento parcial do CNPq e da FAPERN. maccolle@pq.cnpq.br

Dessa forma, esta comunicação busca, primeiro, reafirmar o trabalho enquanto categoria ontológica e, segundo, perceber os limites da crítica à superação do trabalho abstrato pontuando suas contradições e suas conseqüências na luta pela superação do capitalismo. O ponto de partida é ver que a crítica à centralidade do trabalho não é uma novidade recente. De Vernague à Gorz passando por Kurz, a crítica ao trabalho precisa ser percebida na relação com a categoria Trabalho, em sua definição marxista.

Do Adeus ao Proletariado ao Manifesto Contra o Trabalho

Em *Adeus ao Proletariado*, obra de 1980, André Gorz, austríaco radicado na França, afirma a superação da sociedade do trabalho e da classe trabalhadora.

A abolição do trabalho é um processo em curso e que parece acelerar-se. Para cada um dos três principais países industrializados da Europa Ocidental, institutos independentes de previsão econômica estimaram que a automatização irá suprimir, no espaço de dez anos, entre quatro e cinco milhões de empregos, a menos que haja uma revisão profunda da duração do trabalho, das finalidades da atividade e de sua natureza. Keynes está morto: no contexto da crise e da revolução tecnológica atuais, é rigorosamente impossível restabelecer o pleno emprego por um crescimento econômico quantitativo (GORZ, 1987, p.11).

Para Gorz, então, o crescente uso da tecnologia na produção, o incremento cada vez maior de máquinas automáticas oriundas da terceira revolução tecnológica, teria transformado o chão das fábricas em espaço não mais dominado pelo trabalhador manual fazendo cair consideravelmente a quantidade de trabalhadores necessários à produção de bens. Gorz chama a atenção para a diferença dessas tecnologias em relação àquelas que proporcionaram o surgimento da revolução industrial. A revolução informacional é ao mesmo tempo poupadora de trabalho, de tempo de produção e maximizadora da produtividade. E isso faz toda a diferença, quando são apropriadas unilateralmente pelo capital.

Com o fim da sociedade do pleno emprego, Gorz, propõe, ao invés de lamentar as chances e oportunidades perdidas, aproveitar-se das chances não realizadas. Para os que hoje dependem do trabalho para sobreviver ele vislumbra um outro mundo sem trabalho e com tempo livre – uma sociedade pautada no ócio e no prazer.

A Sociedade do tempo liberado se esboça apenas nos interstícios e como contraponto da sociedade presente: baseia-se no princípio de ‘trabalhar menos para todos trabalharem e ter mais atividade por conta própria’. Dito de outra maneira, o trabalho socialmente útil, distribuído entre todos os que

desejam trabalhar deixa de ser a ocupação exclusiva ou principal de cada um: a ocupação principal pode ser uma atividade ou um conjunto de atividades autodeterminadas, levadas a efeito não por dinheiro, mas em razão do interesse, do prazer ou da vantagem que nela se possa encontrar (GORZ, 1987, p.12).

Assim, um Gorz otimista anuncia a sociedade do futuro, liberta da alienação do trabalho da era fordista abrindo caminho para o surgimento de atividades auto-organizadas. Segundo Gorz, a perda da centralidade do trabalho torna-se imperativo para que os indivíduos superem o próprio trabalho e construam um novo tipo de sociedade, galgada no princípio do tempo livre e da afirmação de uma nova sociabilidade.

Maior estadarlhaço no campo da crítica ao trabalho fez o Grupo Krisis liderada pelo alemão Robert Kurz ao lançar o *Manifesto contra o trabalho*.

Um cadáver domina a sociedade – o cadáver do trabalho. Todos os poderes ao redor do globo uniram-se para a defesa deste domínio: o Papa e o Banco Mundial, Tony Blair e Jörg Haider, sindicatos e empresários, ecologistas alemães e socialistas franceses. Todos eles só conhecem um lema: trabalho, trabalho, trabalho! (1999, p.1).

Robert Kurz era uma figura desconhecida, dentro e fora da Alemanha, até 1992 quando do lançamento do seu livro o *Colapso da modernização* (1993) onde tenta mostrar os motivos da derrocada do socialismo no leste europeu. Fora da academia e dos grandes círculos do debate sociológico, Kurz é uma liderança de um grupo de esquerda radical de linha marxista que busca explicações no campo do trabalho para o declínio do mundo socialista. O sucesso do *colapso da modernização*, que já traz as bases do *Manifesto contra o trabalho*, conseguiu a proeza de tirar a revista Krisis e seu principal expoente do anonimato para participar das discussões das transformações do mundo contemporâneo que envolve, irremediavelmente, a discussão sobre o mundo do trabalho.

Segundo Krisis/Kurz, a sociedade dominada pelo trabalho não passa somente por uma crise passageira, ela alcançou seu limite absoluto. Esse limite, infelizmente, como sugere o autor, não é captado por todos os teóricos ao mesmo tempo, mas a poucos iluminados pela razão:

Os que ainda não desaprenderam a pensar reconhecem facilmente que esta postura é infundada. Pois a sociedade dominada pelo trabalho não passa por uma simples crise passageira, mas alcançou seu limite absoluto. A produção de riqueza

desvincula-se cada vez mais, na seqüência da revolução microeletrônica, do uso de força de trabalho humano – numa escala que há poucas décadas só poderia ser imaginada como ficção científica. (idem, p.4).

Utilizando os mesmos argumentos de GORZ, a desvinculação da produção do uso da força de trabalho humano devido a automação generalizada no processo produtivo, defende que a sociedade dominada pelo trabalho alcançou seu limite absoluto. Decreta assim, a irreversibilidade da crise e, também, o fim do papel histórico do movimento operário:

O movimento clássico dos trabalhadores, que viveu a sua ascensão, somente muito tempo depois do declínio das antigas revoltas sociais, não lutou mais contra a impertinência do trabalho, mas desenvolveu uma verdadeira hiperidentificação com o aparentemente inevitável. Ele só visava a “direitos” e melhoramentos internos à sociedade do trabalho, cujas coerções já tinha amplamente interiorizado (idem, p.47).

O estardalhaço provocado pelo grupo Krisis foi bem maior do que seus precursores. Muito provavelmente porque no mesmo período, quase que concomitante a ele, Francis Fukuyama lança o que muitos já consideram o maior estelionato teórico do século passado, o fim da história.

Ora, Fukuyama ao defender a vitória do capitalismo sobre outras formas de organização da sociedade pelo viés justamente do fim das lutas de classes, sente-se reconfortado quando um teórico da esquerda, com formação sabidamente marxista vem – por um outro prisma – contribuir decididamente para apresentar o motor que faltava às suas perspectivas teóricas. O fim da centralidade do trabalho e a abolição do trabalho enquanto necessário à reprodução do capital, é logo associado à morte também da classe operária. Se não existiriam mais classes antagônicas, não existiriam, também, lutas de classes. A perpetuação do capitalismo liberal e automatizado é uma conclusão lógica na soma das duas teorias.

Trabalho em Marx

Faz-se necessário, antes de apreciar os pormenores da crítica, conceituar a categoria que ora se pensa: o *trabalho*. Como foi visto nos autores selecionados, *trabalho* aparece com significados diferentes e, muitas vezes, seu conceito nem chega a ser exatamente cercado. A categoria trabalho precisa então ser definida. A opção é

defini-la dentro dos pressupostos marxistas já que todos os autores, de uma forma ou de outra, dialogam com os escritos de Marx.

Na relação do ser humano com a natureza, da necessidade de tirar dela a sua sobrevivência, é que Marx vai entender o conceito geral de trabalho. É através do trabalho físico e mental que o homem transforma o mundo (natureza) e a si mesmo. A categoria trabalho, então, está associada à transformação da natureza pela ação humana numa relação que distingue o homem da natureza (sem excluí-lo dela) ressignificando a própria Natureza.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. (Marx, 1983, p.149).

O homem tira da natureza os meios para sua sobrevivência através da ação consciente numa relação de trocas que transforma à si e à Natureza. Com o trabalho, Natureza e Homem são transformados. A ação humana sobre a natureza através do trabalho, é também uma ação da Natureza sobre o humano. Essa ação consciente é que distingue a relação que o homem tem com a natureza das que outros seres têm com ela. A consciência da ação é que determina o trabalho como categoria essencialmente humana. Para Marx, a teleologia é que determina a especificidade do trabalho enquanto atributo consciente da ação humana:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera.

A mente humana já construiu a casa antes da matéria ser transformada através do trabalho, antes de deixar de ser simplesmente natureza para ser objeto construído. O trabalho como ato consciente é uma necessidade indispensável à existência física e social do ser humano. O Homem, então, se constitui nessa relação com a Natureza como ser social diferenciando de outras espécies não somente por suas propriedades biológicas diferenciadas, mas por propriedade sócio-históricas que têm seu fundamento no trabalho. Tentando condensar a idéia, podemos entender a diferença fundamental

entre o homem e as outras espécies na intercambialidade entre o homem e a natureza a fim de manter sua vida-espécie na ação teleológica do trabalho.

O trabalho, assim, é atividade primeira dos homens, mediante a qual eles produzem, reproduzem e transformam suas vidas. Nas palavras de Marx e Engels, “o primeiro facto histórico é, pois, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material: trata-se de um facto histórico, de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora a fim de manter os homens vivos” (1976, p.33). O trabalho se constitui no elemento fundante, ontológico da humanidade na medida em que produz valores de uso para a manutenção da vida, para atender às necessidades elementares do homem enquanto ser vivo.

O capitalismo, construção histórica da exploração do trabalho, é que aliena o trabalho de sua condição humana. Ao ser obrigado a vender sua força de trabalho ao capitalista, o trabalhador perde sua referência de produtor de coisas úteis a ele e passa a executar tarefas que vão possibilitar à outrem o usufruto. O trabalho, assim, não pertence à natureza do trabalhador, mas é condição para que esse sobreviva minimamente; vai gerar riquezas mais pouco vai poder usufruir delas, pois o salário que ganha pela venda de sua força de trabalho é enormemente menor do que os bens que ele produziu. O trabalho alienado transforma o homem estranho a si mesmo e ao ambiente onde vive.

O trabalho é alienado, pois o seu produto pertence ao capitalista e não ao seu produtor imediato, o trabalhador. Nisso, ele é percebido como sofrimento para alguns, enquanto suas condições o afastam de si e da natureza, mas é fruto de gozo para aquele que desfruta dos produtos. O trabalho a partir desse foco é dispêndio de força de trabalho: o trabalhador apenas se esgota, não se realiza na plenitude de suas capacidades mentais e físicas. Ele vendeu seu tempo, seu sentimento, sua força, suas aspirações pelo dinheiro, e na posse de algum, pode trocá-lo por qualquer tipo de mercadoria, inclusive pelas que ajudou a produzir.

Sintetizando, em Marx são percebidas as diferenças entre o trabalho geral ou concreto e o trabalho abstrato (que produz valor de troca) e a forma alienada como ele aparece nas relações capitalistas. Disso pode-se extrair que a essência do capital, o lucro, é fruto do trabalho alienado. O capitalismo se sustenta em cima da exploração do

trabalho, alienando este de seu agente, produzindo mercadorias (valor) e extraindo mais-valia.

A acumulação do capital, com efeito, se dá, irremediavelmente, pela exploração do trabalhador. Como se vê, se fosse o caso de fazer uma analogia simplista, começa a tomar forma o discurso que percebe o fim da sociedade do trabalho como o fim do capitalismo: sem exploração, sem mais-valia, sem capitalismo; dedução óbvia. A dedução é óbvia, porém, só dá conta de responder na aparência; é necessário ver se realmente, e em que base, o trabalho está sendo superado. Antes de enveredar por esses caminhos em busca da refutação, porém, é preciso responder uma outra pergunta: quais as bases teórico-empíricas dos críticos da sociedade do trabalho para estabelecerem a superação do trabalho e do capitalismo como inevitável?

Estado de espírito e entranhamento

Refutando o determinismo, vale fazer um jogo de percepção. O que vem de imediato ao pensamento de bilhões de cabeças todos os dias: o que anda nas cabeças, anda nas bocas? Muitos responderiam que o trabalho. E se o Planeta Terra fosse visitado por alienígenas (se é que não está sendo), que impressão ele teria do que mobilizam todos os seres, todos os dias? O trabalho de novo. No campo da percepção, o trabalho. Seria coerente utilizar tais níveis primários de percepção (senso-comum) para entender a complexidade das relações de trabalho ou de não-trabalho? Aposta-se aqui, que sim. É uma das formas possíveis de apreensão do *real*.

Vai que esse trabalhador se baseie nas teorias e teses e não fosse ao trabalho ou ao biscate ou a *qualquer-coisa-que-faz-que-lhe-dá-dinheiro* e fique esperando pelo fim da sociedade do trabalho que vai superar o capitalismo a partir das novas tecnologias como vislumbra emocionadamente André GORZ? A inteligência senso-comum das pessoas comuns tem um olho no gato outro no peixe. Nada de amor retraído pelo trabalho ou mesmo obediência às escrituras sagradas que manda ganhar o pão com o suor do rosto. Instinto de sobrevivência, vontade de continuar vivendo, isso sim.

O capitalismo está entranhado na vida das pessoas em todos os sentidos: cultural, social, histórico, político e econômico. Alguém pode até conseguir se desvencilhar de alguns pontos desse entranhamento. Pode abstrair o capitalismo de sua alma, ser zen, budista ou qualquer coisa que o valha. Mas para ir ao templo, para fazer

yoga, para orar ao bom pastor, é preciso ter dinheiro para se manter, para pagar o deslocamento, para pagar o dízimo. O econômico, nesse ponto, transcende os demais níveis da vida por que já conseguiu ser cultural. E nada mais forte do que a cultura. O exemplo dado é extremo, claro, arquetípico, para apresentar o absurdo de uma situação onde o capital domina. Alguém apressado pode então dizer que a culpa é do dinheiro. O dinheiro não existe enquanto essência. Ele é uma abstração do capital. Existe em uma relação de produção do capital, de valorização do capital através do trabalho. O que move a sociedade é o trabalho.

O fato é que para todos os lados que se olhe, as pessoas estão se mexendo, fazendo algo para sobreviver. O nome disso para eles é trabalho. Eles não dão a isso o nome de não-trabalho. Aqui ultrapassamos GORZ. O camelô, que nas ruas dos grandes centros urbanos se juntam e enfrentam a polícia, quando esta vem manter a ordem, a cidade limpa, organizada e combater o contrabando e a pirataria, estão trabalhando. Os topiqueiros, segundo eles (pergunte a qualquer um deles), só querem o direito de trabalhar. A prostituta, no seu ponto, está trabalhando. O limpador de pára-brisas, o vendedor de chicletes, o flanelinha estão trabalhando: viração, biscate, mendicância, contrabando, roubo. Mas no imaginário, trabalho.

A vida funciona em torno dessa categoria multiforme que, longe de ser uma vantagem, pois ela foi totalmente desviada de sua base sociológica, é fruto do entranhamento do sistema capitalista nas veias da humanidade. O estranho é perceber que por traz dessa noção de tudo ser trabalho, trabalho pode significar nada. Essa concepção de qualquer coisa ser trabalho pode minar a própria condição do trabalho como produtor de valor, como produtor de mais-valia, como fruto do sistema capitalista. Para não cair em um determinismo parecido com o de GORZ, é preciso assinalar que o capital está atento a necessidade de uma sobrevivência: não é à toa que o mercado informal, o contrabando e o tráfico de drogas são tão combatidos! Eles ameaçam a lógica de acumulação do capital através da super-exploração do trabalho. Isso não significa que, em alguns aspectos, não haja um encontro entre o submundo e o mundo do capital. Decididamente há. Mas como rescaldo do capitalismo, como forma de complementar, aliviar algumas tensões, manter sobre controle, ameaçar os mais exaltados, conceder aqui e ali para não ameaçar a estrutura total. Nisso e em vários outros fatores que podem ser mais bem explorados alhures, se percebe a complementaridade.

Mesmo assim, querendo admitir ou não, há algumas transformações nas indústrias, principalmente, nas grandes indústrias, que precisam ser enfrentadas para que a reafirmação da centralidade do trabalho ultrapasse o atual nível de percepção. Uma das mais graves, como já foi visto, é que a tecnologia realmente assume um papel importante na produção, diminuindo substancialmente o número de trabalhadores empregados diretamente na produção. De tão forte que é tal afirmação, que logo KURZ e GORZ, cada um a sua maneira, mostram a irreversibilidade do processo. Seria então o fim do trabalho abstrato, o fim do emprego, o adeus ao proletariado.

Vale recorrer a TEIXEIRA (1996) quando, a partir da leitura de MARX, ele afirma que a grande indústria tende a superar todas as barreiras que impeçam a dominação do capital sobre o trabalho através do desenvolvimento incondicional das forças produtivas e, mesmo assim, não consegue se manter como, sujeito absoluto; isso seria negar as bases de sua valorização, que é o trabalho vivo. Em outras palavras, o desenvolvimento das forças produtivas que leva a supremacia do capital sobre o trabalho é também negador dessa absolutidade, já que é o trabalho vivo a fonte de valor. Diante dessa contradição o sistema se depara com duas possibilidades: ou reinicia uma nova sucessão de formas de produção de mercadorias, ou desemboca numa crise final. Ora, o capitalismo está longe de ser um sistema neutro e ingênuo. Existem muitos interesses em jogo, interesses de vida e de morte.

As transformações ocorridas hoje na sociedade capitalista, e antes referidas, atestam que dessas duas possibilidades a primeira foi a que de fato se concretizou. Realmente, as modificações operadas nos processos de produção se fizeram em nome do capital. Por conta disso, o desenvolvimento da ciência, que se tornou a primeira força produtiva, não redundou na criação de um tempo livre de trabalho, como possibilidade concreta para o pleno desenvolvimento das capacidades intelectuais e espirituais dos indivíduos (p.68).

Como se percebe nada há de natural no desenvolvimento da ciência, na revolução das forças produtivas. É o capital tratando de criar as condições favoráveis para seu pleno desenvolvimento, explorando o trabalho e extraíndo quantidade sempre crescente de mais-valia. Aliás, é necessário mostrar o perigo que se esconde por trás da idéia que a tecnologia é responsável pelo desemprego. Daqui a pouco se poderia formar uma frente de trabalhadores para um quebra-quebra de micro-processadores, de robôs, de máquinas automáticas. Não é o caso. Como adverte DIAS (1996), “afirmar o leitmotif das atuais transformações da sociedade capitalista decorrendo da de uma

revolução técnico-científica é, no fundamental, aceitar a neutralidade da técnica” (p.9). Um robô só tira o emprego de trinta operários na frente de produção da Toyota porque ele foi colocado ali para cumprir um papel de incrementar a produção – e conseqüentemente os lucros – e não para poupar esforços daqueles que estão lá produzindo.

É imprescindível reafirmar com veemência que a tecnologia, por si só, não tem condição de suplantando a classe trabalhadora e produzir lucro para o capital mesmo não desconsiderando os desfalques que seu uso a serviço da classe proprietária tem infringido aos trabalhadores. Como mostra Mandel, citado por SOARES (1996), “sob o capitalismo, a automação total e a introdução de robôs em grande escala são impossíveis, pois implicariam na desaparecimento da economia de mercado, do dinheiro, do capital e dos lucros” (p.143). A tecnologia assimilada pelo capital, como já lembrou Marx no Manifesto Comunista é uma necessidade intrínseca ao sistema capitalista para aumentar seus lucros e colocar a classe trabalhadora na defensiva, dificultando sua mobilização por direitos. É uma necessidade do capital revolucionar sempre e constantemente as forças produtivas.

Um outro ponto de reafirmação é que a tecnologia não é inimiga da classe trabalhadora. Inimigos são o capital e sua estrutura perversa de tirar mais-valia a todo custo da classe-que-vive-do-trabalho. A tecnologia é um instrumento usado pelo capital para aumentar sobremaneira seu lucro. Historicamente esse quadro pode ser revertido a favor da maioria da população, quando o trabalho abstrato for destruído, quando o sistema capitalista for destruído, numa sociedade para além do capital. A tecnologia, aí sim, poderá ser usada para facilitar e promover o bem-estar de toda a humanidade.

A crise do emprego, que realmente existe, tem a função, com toda sua carga perversa, de jogar os trabalhadores um contra o outro, de desmobilizar reivindicações, de neutralizar os sindicatos combativos, de tornar a busca pelo emprego uma competição, uma loteria, uma jogada do mais esperto, do mais qualificado, do mais belo. E o que é pior: serve para desvincular o capital de qualquer obrigação trabalhista, legal e social. A livre iniciativa, a livre negociação impera em um ambiente que a melhor analogia é a passagem bíblica de Daniel na cova de leões: só um milagre para sair de lá com vida e com um bom salário. Porém isso, de forma alguma, é a superação do trabalho ou da sua centralidade na sociedade capitalista.

É antes, a construção de um ambiente para tornar mais aguda a exploração do trabalho que por sinal, como assinala CASTRO (2003), cumpre muito bem essa função, contra, inclusive, as evidências empíricas que demonstram que não existe base para prognosticar o fim do trabalho. Trata-se, muito mais, “de um mito cuja *missão social* é servir como cortina de fumaça para ocultar o *horror econômico* do crescente desemprego, da precariedade e da miséria física e social, fenômenos inocultáveis que contrastam, cada vez mais brutalmente, com as idílicas imagens do mercado auto-regulador da produção automatizada de riqueza e abundância para todos” (p.5). Diante de tudo isso que é mais do que oportuno examinar com a atenção devida qual é a função do mito do fim do trabalho, como parte de um amplo repertório ideológico do neoliberalismo já que, segundo CASTRO,

é um fato histórico que o trabalho pode existir e existiu sem capital, mas o capital não existiu - nem pode existir - sem dominar e explorar o trabalho: a fome insaciável de trabalho excedente constitui o traço essencial e incontornável do capitalismo. Prova disto é a resistência do capital a qualquer redução efetiva da jornada de trabalho, porque sabe que o valor excedente será tanto maior quanto mais extensa e intensiva seja a utilização da força humana de trabalho (idem, p. 7).

Claro que isso não tira uma percepção que as indústrias modernas estão quase sempre vazias de operários e cada vez mais cheias de produtos. Isso é meia verdade. Mais uma vez com TEIXEIRA, vê-se a ilusão de uma indústria como um grande esqueleto mecânico por onde se pode caminhar por vários metros sem se dar conta de uma pessoa se quer:

Embora esse esqueleto possa se automovimentar, tenha nele mesmo a fonte de seu movimento mecânico, ele, contudo, precisa de uma fonte externa que o alimente. A subcontratação é essa fonte. A grandes corporações contam hoje com uma rede de pequenas e microempresas espalhadas ao seu redor, que têm como tarefa fornecer os *inputs* necessários para serem transformados em outputs, por aquele monstro mecânico (p.69).

Como se pode perceber, isso está longe de se constituir como o fim do trabalho abstrato. Pelo contrário, trata-se de uma forma de uso do trabalho que leva às últimas conseqüências a produção de valor e de mais-valia, já que esses trabalhadores sentem-se como produtores de mercadorias, como donos de seu negócio, como empresários que dependem diretamente de seu esforço pessoal.

Ainda segundo TEIXEIRA, trata-se de uma forma transfigurada do *salário por peça* que Marx analisou em *O capital*, “como forma de pagamento que serviu de

alavanca para o prologamento do tempo de trabalho e rebaixamento dos salários” (p.70). O salário pago é determinado pela produção, pela quantidade de peças produzidas num determinado tempo pelo trabalhador.

Agora, a crítica a André Gorz que ficou suspensa, pode ser retomada. Procede, que quando GORZ concebe o trabalho estritamente como emprego, limitando a categoria tão-somente à esfera da ação específica do trabalho assalariado, ele deixa escapar uma forte tendência do capitalismo atual que mantêm, nas relações entre proprietários e não-proprietários, o sistema de expropriação de mais-valia. A formação social capitalista, não se pode esquecer, organiza-se em distintos campos, dotados de específicas regras internas de funcionamento que se encontram debaixo do direito e do poder do proprietário dispor de seus meios de produção a fim de maximizar suas taxas de lucro, como ver SOUSA (2003).

As formas utilizadas pelo capital são muitas e esse trabalho não daria conta de esgota-las. A relação, muitas vezes, se dá entre empresários maiores e pequenos empresários (ou trabalhadores que são transformados em empresários do dia pra noite), apesar da distância que os separa, é uma relação de empresário para empresário, mesmo sendo uma comparação entre uma sardinha e uma jubarte, ambos são peixes. Essa formula, tem o poder de disfarçar a exploração do trabalho ao mesmo tempo em que a eleva à instância dolorosa para o trabalhador. A forma de produção cooperativada, por exemplo, utilizada pelas montadoras de automóveis, pelos produtores de leite, pelas usinas, como a Catende em Pernambuco, e até pela indústria têxtil, transforma peão em empresário, no instante da necessidade de acúmulo do capital.

Nessa forma, como se pode observar, o trabalhador se torna uma fonte potencializada de auto-exploração devidamente invisibilizado pela forma como ela se dá. Todas são co-responsáveis, parte de um todo, donas de seu empreendimento. Apesar da potencialização do processo de exploração, “a nova forma de estruturação do trabalho abstrato se revela como um verdadeiro reino de liberdade, propriedade e igualdade” (idem, p.72).

O trabalhador se sente mais livre, porque agora não está mais preso a um sistema hierarquicamente organizado de exploração e opressão. Ele se sente como um cidadão que trabalha em seu próprio local de produção, sem ninguém para vigiá-lo ou lhe dar ordens. Ele se sente patrão de si mesmo, dono do seu próprio negócio. Sente-se proprietário. Igualmente livre, porque é ele quem organiza o processo de trabalho e estabelece, por sua iniciativa própria, a duração de sua jornada de trabalho (idem, ibidem).

Ao contrário do que acreditavam GORZ e KURZ, com suas respectivas teses da perda da centralidade do trabalho, a crise contemporânea do desemprego não consiste em uma ruptura na estrutura do capitalismo ou na dissolução das relações capitalistas de produção. Significa mais, a reafirmação vigorosa da lógica capitalista. O descarte progressivo de trabalhadores considerados supérfluos para o processo produtivo é realizado, à revelia da classe trabalhadora, com o objetivo de reduzir custos. O desemprego estrutural e a precarização da condição proletária não são processos negociados, mas impostos à *classe-que-vive-do-trabalho* pela classe proprietária. Trata-se, pois, de uma questão de poder, de luta entre classes, cujo diferencial pode ser constatado na aguda desarticulação operária. A questão central é que o direito e o poder do proprietário dispor das forças produtivas e dos resultados da produção, segundo suas necessidades próprias e em busca da extração da mais-valia, permanecem não apenas intactos, como foram contemporaneamente revigorados.

O enfraquecimento do operariado implica o acirramento do sistema de expropriação de mais-valia e o recrudescimento da luta de classes, aos quais assistimos, nos últimos decênios do século XX e primórdios do século XXI, sob a forma do recuo dos direitos trabalhistas e sociais, do domínio intelectual, político e midiático do pensamento neoliberal e da explosão dos movimentos por uma globalização solidária. Em verdade, a crise social, política e econômica sofrida pela classe trabalhadora é peça fundamental no processo de ampliação das taxas de lucro das classes proprietárias (ANTUNES, 2001).

Percebe-se assim, que a esfera do trabalho permanece sendo espaço privilegiado de estruturação do capitalismo contemporâneo, pois resta agressivo e vigoroso o direito e o poder do proprietário extrair mais-valia por intermédio da livre otimização dos meios de produção.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2001.

ARAÚJO, Maria Neyára de Oliveira. *A Miséria e os Dias: história social da mendicância no Ceará*. São Paulo, Hucitec, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.

BRAGA, Ruy. Da ideologia do progresso técnico à crise da sociedade do trabalho em DIAS, Edmundo Fernandes, *A ofensiva neoliberal: reestruturação produtiva e luta de classes*. Brasília, Sindicato dos eletricitários, 1996.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

CASTRO, Ramón Pena. *Novamente sobre a questão do trabalho*. Revista Trabalho Necessário (Neddate - Núcleo de Estudos, Documentação e Dados do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF.) Rio de Janeiro, Maio de 2003. Disponível em <http://www.uff.br/trabalhonecessario/indice%20geral%20TN3.htm#Artigo%20tn1> acessado em 12 de abril de 2005.

CHESNAIS, François. *A mundialização do Capital*, São Paulo, Xamã, 1996.

CORIAT, Benjamim. *Pensar pelo avesso*, Rio de Janeiro, Revan, 1999.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.

DIAS, Edmundo Fernandes. Capital e trabalho: a nova dominação em DIAS, Edmundo Fernandes, *A ofensiva neoliberal: reestruturação produtiva e luta de classes*. Brasília, Sindicato dos eletricitários, 1996.

GRUPO KRISIS. Manifesto contra o trabalho. Tradução de Heinz Dieter Heidemann e Cláudio Duarte. São Paulo, Cadernos do LABUR, 1999.

GORZ, André. *Adeus ao Proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987.

KURZ, R. *O Colapso da modernização*. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Tradução de Karen Elsabe Barbosa. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra Ltda., 1993.

LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça. São Paulo, Hucitec, Unesp, 1999.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã I* (Feuerbach. Portugal: Editorial Presença, 1976.

_____. *O Capital*. Vol. I, tomo 1, São Paulo, Abril Cultural, 1983.

_____. *O Capital*. Vol. I, tomo 2, São Paulo, Abril Cultural, 1984.

MELO NETO, José Francisco. O conceito de trabalho em marx, UFPb, 2004 (mimeo)

_____. O trabalho: sua centralidade no mundo contemporâneo, UFPb, sem data (mimeo)

Raoul Vaneigem *A decadência do trabalho*, 1967 (mimeografado)

SOARES, José de Lima. Para onde vai o mundo do trabalho? Crise e perspectivas do movimento sindical em DIAS, Edmundo Fernandes, *A ofensiva neoliberal: reestruturação produtiva e luta de classes*. Brasília, Sindicato dos eletricitários, 1996.

SECCO, Lincoln. A crise da sociedade do trabalho. In: *Práxis*. n. 3, Belo Horizonte, março, 1995

SOUSA, M. Alvares. *A tese da perda de centralidade do trabalho como despolitização do capitalismo contemporâneo*. Revista Enfoque. N. 1 - julho de 2003, disponível em

<http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/artigos/v2nr1/ArtigoMarcelodeSousa.html> acessado em 13/04/2005.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo? em TEIXEIRA, F.J.S. e OLIVEIRA, Manfredo Araújo, *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: As novas determinações no mundo do trabalho*, São Paulo, Cortez, 1996.

TUMOLO, Paulo Sergio, *O significado do trabalho no capitalismo e o trabalho como princípio educativo: ensaio de análise crítica*, 24 Anped, Caxambú, 2001.